

08
2016

BEO RAM

BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL

GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	9
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR.....	19
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	19
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	20
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	25
5. Conceitos aplicados.....	27
6. Siglas e abreviaturas.....	28
7. Índice de Quadros	29

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao final do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de julho de 2016.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental provisória dos primeiros sete meses de

2016 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-julho)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	615.017,5	231.816,3	169.403,5	657.434,7
Impostos diretos	158.832,0	288,2	0,0	159.120,2
Impostos indiretos	280.771,4	12,1	0,0	280.783,5
Contribuições de Segurança Social	15,9	0,0	0,0	15,9
Outras receitas correntes	175.398,3	231.516,0	169.403,5	217.515,2
Transferências correntes	148.810,9	226.969,2	146.503,9	163.499,8
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	147.486,8	1.898,5	137,2	149.522,5
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	213.310,2	145.474,1	0,0
Receita de capital	69.293,2	8.503,4	15.165,7	85.122,2
Venda de bens de investimento	289,9	0,0	11,0	300,9
Transferências capital	54.173,8	8.442,3	15.133,9	69.909,8
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	40.855,3	0,0	0,0	40.855,3
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	157,5	7.682,7	0,0
Receita efetiva	684.310,7	240.319,7	184.569,3	742.557,0
Despesa corrente	670.120,0	225.089,2	158.844,8	699.299,3
Consumo público	316.312,4	70.652,2	144.435,6	531.400,3
Despesas com o pessoal	209.167,9	21.285,5	87.375,2	317.828,6
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	107.144,5	49.366,8	57.060,4	213.571,7
Subsídios	1.878,5	2.254,0	122,4	4.254,8
Juros e outros encargos	108.466,7	764,6	8.927,0	118.158,4
Transferências correntes	243.462,4	151.418,3	5.359,8	45.485,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	1.310,8	0,0	1.310,8
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	215.342,6	139.393,9	18,3	0,0
Despesa de capital	41.737,7	5.200,5	6.610,8	47.773,9
Investimento	31.412,3	307,8	6.604,1	38.324,2
Transferências de capital	10.325,3	4.892,7	6,7	9.449,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	964,0	0,0	964,0
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	5.775,1	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	711.857,7	230.289,7	165.455,6	747.073,2
Saldo global	-27.547,0	10.030,1	19.113,6	-4.516,2
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-55.102,5	6.727,1	10.558,7	-41.864,5
Despesa corrente primária	561.653,3	224.324,5	149.917,7	581.140,8
Saldo corrente primário	53.364,2	7.491,8	19.485,8	76.293,9
Saldo de capital	27.555,5	3.302,9	8.554,9	37.348,3
Despesa primária	603.391,0	229.525,0	156.528,6	628.914,7
Saldo primário	80.919,8	10.794,7	28.040,7	113.642,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de julho de 2016, o saldo global consolidado, em contabilidade pública, dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 4,5 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 107,6 milhões de euros face aos valores registados até julho de 2015. O saldo primário ascende a 113,6 milhões de euros e o saldo de capital é superavitário em 37,3 milhões de euros, face a uma *despesa efetiva* de 747,1 milhões de euros e a uma despesa primária de 628,9 milhões de

euros. A *receita efetiva* ascendeu a 742,6 milhões de euros.

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 107,4 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 195,6 milhões de euros e o saldo global é superavitário em 102,9 milhões de euros, o que denota que a Região está a utilizar receita própria para pagar encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado no final de julho de 2016 pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública –, foi de -27,5 milhões euros, o que representa uma melhoria de 77,2 milhões de euros face aos primeiros sete meses de 2015. Esta circunstância decorre, por um lado, do acentuado aumento da receita, tanto na componente corrente, impulsionada pela evolução dos *Impostos indiretos* e das *Outras receitas* correntes, como na componente de capital, alavancada pela transferência das verbas relativas ao Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, nos termos da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e, por outro lado, da diminuição das *Despesas de capital*, que se

traduz numa variação homóloga de -25,9 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do forte incremento, em 2015, do pagamento de encargos transitados de anos anteriores, e que representou, nos sete primeiros meses daquele ano, 57,1% da despesa de capital realizada (67,6 milhões de euros). De salientar que a dinâmica da despesa de 2015 foi fortemente influenciada pela utilização do empréstimo de 150 milhões de euros, com vista à regularização de encargos de anos anteriores. Em paralelo, verificou-se um aumento marginal das *Despesas correntes*, que se traduz numa variação homóloga de 1,3 milhões de euros, fundamentalmente em virtude das evoluções evidenciadas nas

despesas com a *Aquisição de bens e serviços* (impulsionada pelo acréscimo das despesas com as SCUTS) e com os *Juros e outros encargos*. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 3,3% face aos primeiros sete meses de 2015, tendo a *receita efetiva* registado uma evolução no sentido inverso, de maior intensidade (8,3%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se superavitário, tendo registado uma melhoria de 46,0 milhões de euros face ao registado nos sete primeiros meses do ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado no final de julho de 2016 ascendeu a -55,1 milhões de euros e o *saldo de capital* a 27,6 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é excedentário em 70,0 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que enquanto na vertente corrente a *receita* aumentou 5,6%, em termos homólogos a *despesa* variou 0,2%, fundamentalmente devido aos acréscimos registados ao nível da *Aquisição de bens e serviços* e dos *Juros e outros encargos*. O *saldo global* evidenciado no final de julho de

2016 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou 8,3%, influenciada positivamente tanto pela evolução registada ao nível da componente de capital (40,9%), como pela variação evidenciada ao nível da componente corrente (5,6%). Registou-se, por outro lado, um decréscimo da *despesa efetiva* (-3,3%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução das despesas com as *Transferências correntes* (-7,3%), com o *peçoal* (-2,7%), com os *subsídios* (-66,2%) e com as despesas de capital (-38,3%), e no sentido ascendente pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*. Da informação disponível, sobressai que 13,8% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (78,2 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória ascendente das componentes corrente e de capital – cristalizada em variações homólogas de, respetivamente, 5,6% e 40,9% face aos sete primeiros meses de 2015, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-julho)

€ Milhares

	2015	2016	VH (%)
Receita corrente	582.553,7	615.017,5	5,6
Receitas fiscais	425.790,8	439.603,3	3,2
Impostos diretos	158.249,5	158.832,0	0,4
Impostos indiretos	267.541,3	280.771,4	4,9
Outras receitas correntes	156.762,9	175.414,2	11,9
Receita de capital	49.184,3	69.293,2	40,9
Receita efetiva	631.738,0	684.310,7	8,3
Despesa corrente	668.827,0	670.120,0	0,2
Despesas com o pessoal	214.976,2	209.167,9	-2,7
Aquisição de bens e serviços	102.599,9	106.640,2	3,9
Juros e outros encargos	82.706,1	108.466,7	31,1
Transferências correntes	262.707,9	243.462,4	-7,3
Administrações Públicas	228.711,0	215.342,6	-5,8
Outras	33.996,8	28.119,8	-17,3
Subsídios	5.556,2	1.878,5	-66,2
Outras despesas correntes	280,8	504,4	79,6
Despesa de capital	67.645,9	41.737,7	-38,3
Investimento	46.543,3	31.412,3	-32,5
Transferências de capital	21.102,5	10.325,3	-51,1
Administrações Públicas	11.634,0	5.775,1	-50,4
Outras	9.468,6	4.550,2	-51,9
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	736.472,9	711.857,7	-3,3
Saldo global	-104.734,9	-27.547,0	73,7
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-86.273,4	-55.102,5	36,1
Saldo de capital	-18.461,5	27.555,5	249,3
Saldo primário	-22.028,8	80.919,8	467,3
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	16.509,3	29.561,8	79,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ◆ O saldo primário foi de 80,9 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 102,9 milhões de euros relativamente a julho de 2015;
- ◆ Verifica-se uma melhoria do saldo corrente, materializada numa variação homóloga de 36,1%;
- ◆ A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória ascendente da *receita efetiva*, a par de um decréscimo evidenciado na *despesa efetiva*. Com efeito, enquanto a *receita efetiva* aumentou, em termos homólogos, 52,6

milhões de euros nos primeiros sete meses de 2016, a despesa efetiva registou uma diminuição de 24,6 milhões de euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado no final de julho de 2016 de -27,5 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -55,1 milhões de euros e num saldo de capital de 27,6 milhões de euros.

O QUADRO seguinte evidencia a execução orçamental de julho do subsetor do Governo Regional,

discriminada de acordo com a
classificação económica:

QUADRO III - Execução orçamental do Gov. Regional (julho)			€ Milhares
	2015	2016	VH (%)
Receita corrente	137.661,0	124.296,4	-9,7
Receitas fiscais	57.426,9	58.076,4	1,1
Outras receitas correntes	46.182,4	57.766,8	25,1
Receita de capital	34.051,7	8.453,2	-75,2
Receita efetiva	171.712,7	132.749,6	-22,7
Despesa corrente	120.021,2	101.770,6	-15,2
Despesas com o pessoal	32.099,5	31.541,1	-1,7
Aquisição de bens e serviços	21.115,5	3.657,8	-82,7
Juros e outros encargos	27.177,2	34.201,7	25,8
Despesa de capital	4.748,8	4.504,8	-5,1
Investimento	3.569,4	4.092,5	14,7
Transferências de capital	1.179,4	412,3	-65,0
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	124.770,1	106.275,4	-14,8
Saldo global	46.942,6	26.474,2	-43,6
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	17.639,7	22.525,8	27,7
Saldo de capital	29.302,9	3.948,4	-86,5
Saldo primário	74.119,8	60.675,9	-18,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução orçamental relativa ao mês de julho expressa uma trajetória parcialmente distinta da registada em termos acumulados para 2016. Com efeito, a *receita efetiva* registou um decréscimo de 22,7% face ao evidenciado em julho de 2015, tendo-se verificado uma diminuição do lado da *despesa efetiva* (-14,8%), que induziu a formação de um saldo global

superavitário em julho de 2016. Em concreto, o saldo global evidencia que a *receita efetiva* superou a *despesa efetiva* em 26,5 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas evidenciadas pelas componentes corrente e de capital, cujos saldos atingiram os 22,5 e 3,9 milhões de euros, respetivamente.

♦ 2.2. Receita

- ♦ A *receita efetiva* do Governo Regional variou 8,3% até julho de 2016, em virtude de evoluções positivas evidenciadas pelas componentes fiscal e não fiscal. Especificamente, as

receitas fiscais registaram um acréscimo de 3,2%, tendo as *receitas não fiscais* registado uma variação de 18,8% face aos sete primeiros meses de 2015. Na componente fiscal, assinala-se

a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (4,9%), motivada, fundamentalmente, pela variação positiva evidenciada ao nível dos principais impostos. O IVA registou uma evolução positiva (3,8%) face a 2015, em virtude da aplicação do método de cálculo introduzido pela Portaria n.º 77-A/2014, de 31 de março. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de 0,4% em termos homólogos, em virtude do acréscimo registado ao nível dos impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas (6,5%) e da evolução negativa ao nível de receita originada na tributação sobre os rendimentos das pessoas singulares (-3,5%);

- ◆ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de 18,8% face a 2015 reflete dinâmicas de amplitudes distintas entre a componente corrente e de capital. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um acréscimo de 11,9%, motivado, em larga medida, pelo aumento registado nas receitas provenientes dos *Rendimentos da propriedade*, que registou um

acréscimo de 9,1 milhões de euros face ao período homólogo de 2015, em virtude do pagamento, em maio, de dividendos por parte da VIALITORAL - Concessões Rodoviárias da Madeira S.A.. Por seu turno, a evolução evidenciada na componente de capital (255,6%) é justificada pelo aumento das *reposições não abatidas nos pagamentos* resultante, essencialmente, da entrega de saldos de gerência de serviços e fundos autónomos, nos termos do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2015/M, de 14 de agosto;

- ◆ Em suma, a *receita fiscal* fixou-se nos 439,6 milhões de euros no final de julho de 2016, refletindo uma variação de 3,2% face ao evidenciado no ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada nos primeiros sete meses de 2016 resulta da trajetória ascendente registada tanto ao nível dos *impostos indiretos* (4,9%), como ao nível dos *impostos diretos* (0,4%);
- ◆ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-julho) € Milhares

	2015	2016	VH (%)
Receita fiscal	425.790,8	439.603,3	3,2
Impostos Diretos	158.249,5	158.832,0	0,4
IRS	97.515,4	94.134,3	-3,5
IRC	60.734,1	64.697,7	6,5
Outros	0,0	0,0	0,0
Impostos Indiretos	267.541,3	280.771,4	4,9
ISP	28.401,9	29.920,6	5,3
IVA	204.777,2	212.461,7	3,8
ISV	3.206,9	4.235,6	32,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	15.016,3	17.635,4	17,4
IABA	2.858,0	3.142,6	10,0
Outros	13.280,9	13.375,4	0,7
Imposto de Selo	11.218,4	10.739,8	-4,3
IUC	1.874,6	1.982,3	5,7
Receita não fiscal	205.947,2	244.707,4	18,8
Receita efetiva	631.738,0	684.310,7	8,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A evolução dos impostos diretos de 2015 para 2016 foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)* – Denota-se uma evolução negativa face ao nível de receita evidenciado no período homólogo de 2015 (-3,5%);
- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)* – verifica-se uma variação de 6,5% relativamente aos primeiros sete meses de 2015;

As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento das pessoas singulares, efeitos decorrentes da evolução da receita proveniente das rubricas de capital, parcialmente contrariada pelo acréscimo na rubrica de trabalho

dependente. Assinala-se que ao acréscimo verificado ao nível do IRC é intrínseco o aumento da autoliquidação e a cobrança de imposto relativa a Sujeitos Passivos sedeados no CINM, cujo efeito foi suficientemente significativo para contrariar a trajetória descendente verificada ao nível da receita proveniente dos rendimentos de capitais, assim como o efeito do aumento dos reembolsos de IRC por regularização de anos anteriores.

A par do referido anteriormente, será de assinalar os impactos positivos ao nível do IRC, induzidos pelo aumento eficiência no combate à fraude e à evasão fiscal, assim como às omissões, a que acresce o melhor preenchimento declarativo de entidades com relevo na receita fiscal, verificando-se

uma maior regularização voluntária do imposto de capitais.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)* – verifica-se um aumento do montante de receita arrecadada face a 2015 (3,8%), motivado pelos acertos a que se refere o artigo 8.º da portaria n.º 77-A/2014, face à publicação tardia do Orçamento do Estado para 2016, em 30 de março, com aumento da receita líquida de IVA inscrita no seu Mapa I, a distribuir para as Regiões Autónomas;
- ♦ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 32,1% face ao período homólogo de 2015;
- ♦ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou um decréscimo de 4,3%, fundamentalmente explicado pela diminuição da receita proveniente da rubrica de operações financeiras;
- ♦ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um

acréscimo de 17,4% comparativamente a 2015;

- ♦ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – a arrecadação da receita proveniente destes impostos aumentou face ao nível da execução de 2015 (5,3%).

A **receita não fiscal** apresenta uma variação de 18,8%, influenciada pelas variações evidenciadas ao nível das *Transferências de capital* (devido essencialmente ao registo de uma parcela do Fundo de Coesão para as Regiões Ultraperiféricas, que no mesmo período de 2015 ainda não tinha sido atribuída à Região) e das *Reposições não abatidas nos pagamentos*, parcialmente anulada por um decréscimo (11,9%), registado ao nível da componente corrente.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, referente aos anos de 2015 e 2016:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-julho)

€ Milhares

	2015	2016	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	425.790,8	439.603,3	50,0%
Receita não fiscal	205.947,2	244.707,4	53,7%
Correntes	156.762,9	175.414,2	70,5%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.345,1	15,9	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	11.923,1	11.286,3	45,9%
Rendimentos da Propriedade	917,2	9.999,0	64,6%
Transferências Correntes	134.513,7	148.810,9	76,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.980,8	4.466,8	51,3%
Outras Receitas Correntes	1.083,1	835,3	19,7%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	49.184,3	69.293,2	33,5%
Venda de Bens de Investimento	982,1	289,9	3,6%
Transferências de Capital	47.936,7	54.173,8	29,2%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	265,6	14.829,5	115,3%
Receita efetiva	631.738,0	684.310,7	51,3%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 2.3. Despesa

- ♦ A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 3,3% entre julho de 2015 e julho de 2016, tendo apresentado um grau de execução de 49,0%, mais 0,5 pontos percentuais do que o executado até julho de 2015.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-julho)

€ Milhares

	2015	2016	2015	2016	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	668.827,0	670.120,0	52,8	56,1	0,2
Despesas com o pessoal	214.976,2	209.167,9	59,0	57,8	-2,7
Remunerações Certas e Permanentes	173.750,5	171.168,2	60,3	59,4	-1,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	1.225,7	1.338,1	41,3	37,6	9,2
Segurança social	40.000,0	36.661,5	54,9	52,2	-8,3
Aquisição de bens e serviços correntes	102.599,9	106.640,2	40,6	45,3	3,9
Juros e outros encargos	82.706,1	108.466,7	55,1	71,8	31,1
Transferências correntes	262.707,9	243.462,4	54,2	56,8	-7,3
Administrações Públicas	228.711,0	215.342,6	55,0	58,5	-5,8
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	228.711,0	215.342,6	55,0	58,5	-5,8
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	33.996,8	28.119,8	49,6	46,4	-17,3
Subsídios	5.556,2	1.878,5	45,4	21,4	-66,2
Outras despesas correntes	280,8	504,4	7,1	6,3	79,6
Despesa corrente primária	586.121,0	561.653,3	52,4	53,9	-4,2
Despesa de capital	67.645,9	41.737,7	27,1	16,2	-38,3
Investimento	46.543,3	31.412,3	26,1	16,8	-32,5
Transferências de capital	21.102,5	10.325,3	39,5	21,5	-51,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	736.472,9	711.857,7	48,5	49,0	-3,3
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	16.509,3	29.561,8	30,1	43,9	
Passivos financeiros	104.014,9	84.854,1	79,4	60,6	

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2015 para 2016 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 97,5 milhões de euros, com base na utilização de receitas próprias da Região, contra 142,9 milhões nos sete primeiros meses de 2015, dos quais 55,2 milhões de euros através da utilização de receitas próprias. A diminuição face a 2015 decorre exclusivamente do valor daquele ano refletir a utilização do empréstimo dos 150 milhões de euros e do empréstimo PAEF-RAM para efeitos de pagamento de dívida comercial. Efetivamente, no período em análise ocorreu um acréscimo de cerca de 76,6% da utilização de receitas próprias para regularizar dívidas de anos anteriores;
- ◆ Variação das *Despesas com o pessoal* (-2,7%), devido às alterações da estrutura orgânica do Governo Regional que implicaram a transição de funcionários do subsetor do Governo Regional para o subsetor dos serviços e

fundos autónomos e devido à diminuição do número de efetivos;

- ◆ Acréscimo das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de bens e serviços correntes* (3,9%), motivado, essencialmente, pelo acréscimo da regularização de dívida às SCUTS;
- ◆ Acréscimo da despesa com *Juros e outros encargos* (31,1%);
- ◆ Decréscimo das *Transferências correntes* (-7,3%);
- ◆ Diminuição dos *Subsídios* em 3,7 milhões de euros face a julho de 2015;
- ◆ Acréscimo na execução da rubrica relativa a *Outras despesas correntes* (223,5 mil euros);
- ◆ Decréscimo da despesa de capital (-38,3%), a que estão associados as diminuições das despesas com a

Aquisição de bens de capital (-32,5%), motivados pelo forte volume de pagamentos de despesa de anos anteriores registado nos sete primeiros meses de 2015;

- ◆ As *despesas correntes* realizadas até ao final de julho de 2016 representam 94,1% do total da *despesa efetiva*, sendo que os pagamentos de *despesa corrente* relativos a encargos de anos anteriores ascenderam a 89,6 milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 78,9% da despesa efetiva. Comparativamente a 2015, as despesas correntes aumentaram o seu peso relativo na despesa efetiva em 3,3 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-julho) € Milhares

	2015	2016	Peso na estrutura em 2015
Funções Gerais de Soberania	46.651,2	48.397,1	6,8
Serviços Gerais da Administração Pública	41.848,3	43.578,9	6,1
Segurança e Ordem Públicas	4.803,0	4.818,2	0,7
Funções Sociais	463.857,6	416.885,8	58,6
Educação	197.882,4	190.458,8	26,8
Saúde	205.635,0	188.513,4	26,5
Habituação e Serviços Coletivos	34.183,8	18.901,9	2,7
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	26.156,5	13.883,3	2,0
Funções Económicas	143.262,5	138.119,9	19,4
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	22.220,1	20.302,6	2,9
Indústria e Energia	932,1	710,3	0,1
Transportes e Comunicações	103.767,5	104.268,5	14,6
Comércio e Turismo	9.621,6	9.738,6	1,4
Outras Funções Económicas	6.721,2	3.100,0	0,4
Outras Funções	82.701,6	108.454,8	15,2
Operações da Dívida Pública	82.701,6	108.454,8	15,2
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	736.472,9	711.857,7	100,0

Por memória:

Ativos financeiros	16.509,3	29.561,8	4,2
Funções Gerais de Soberania	8.247,6	11.557,7	1,6
Funções Sociais	2.215,4	1.325,5	0,2
Funções Económicas	6.046,3	16.678,6	2,3
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	104.014,9	84.854,1	11,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ♦ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das funções sociais na execução da despesa, representando 58,6% do total, seguindo-se as *funções económicas* (19,4%), as *outras funções* (15,2%) e as *funções gerais de soberania* (6,8%);
- ♦ Nas *funções sociais*, destacam-se as verbas destinadas à *saúde* (188,5 milhões de euros) e à *educação* (190,5 milhões de euros) e que representam, no seu conjunto, 91% das despesas em funções sociais. As despesas com a *educação* diminuíram cerca de 7,4 milhões de euros, essencialmente

devido a alterações na estrutura orgânica dos serviços incluídos no subsetor do Governo Regional, sendo que na *saúde* o montante despendido revelou-se inferior ao do período homólogo do ano precedente em 17,1 milhões de euros, devido ao facto de em 2016 estar a ser regularizado um valor de dívida de anos anteriores inferior ao ocorrido no período homólogo de 2015;

- ♦ As despesas com as *funções económicas* diminuíram em 2016 face à realização dos primeiros sete meses de 2015, cristalizando uma variação de -5,1 milhões de euros em termos homólogos;

- ♦ Nas *outras funções*, os 108,5 milhões de euros executados destinaram-se a *operações da dívida pública* – representando uma variação de 31,1% face à execução registada em 2015, motivada, fundamentalmente, pelo aumento dos encargos com juros;
- ♦ Nas *funções gerais de soberania*, a execução ascendeu a 48,4 milhões de euros, o que representou uma variação de 3,7% face ao registado até ao final de julho de 2015, motivada, fundamentalmente, pelo decréscimo evidenciado nas despesas com a *Aquisição de bens de capital* (-4,4 milhões de euros), contrariado pelo acréscimo nos restantes agrupamentos da despesa (6,1 milhões de euros);
- ♦ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a Secretaria Regional das Finanças e da Administração

Pública, que executou 215,7 milhões de euros, afetos, fundamentalmente, ao pagamento de juros e outros encargos e ao pagamento das SCUTS. Segue-se a Secretaria Regional de Educação com 199,3 milhões de euros, dos quais 78,8% são respeitantes às despesas com o pessoal. A Secretaria Regional da Saúde despendeu 188,1 milhões de euros, que correspondem maioritariamente a transferências correntes destinadas à área da Saúde. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 2,3 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a despesas com o pessoal (88,9%). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira ascenderam a 8,1 milhões de euros até julho de 2016;

- ♦ O quadro VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-julho)

€ Milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Assuntos Parlamentares e Europeus	Finanças e Administração Pública	Inclusão e Assuntos Sociais	Economia, Turismo e Cultura	Educação	Ambiente	Saúde	Agricultura e Pescas	TOTAL
Despesa corrente	8.066,9	2.288,8	13.988,4	211.880,8	10.486,9	17.764,6	196.282,9	7.148,8	188.058,8	14.153,1	670.120,0
Despesas com o pessoal	0,0	2.041,1	12.356,7	10.935,1	4.031,7	6.755,7	157.091,9	4.292,1	731,9	10.931,6	209.167,9
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	1467,3	10.082,0	8.774,6	3.335,5	5.566,8	129.050,5	3.481,6	599,5	8.810,3	171.168,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	195,8	44,0	200,4	6,2	19,6	622,8	45,2	0,5	203,5	1.338,1
Segurança social	0,00	378,0	2.230,7	1.960,1	690,0	1.169,3	27.419,6	765,2	131,8	1.917,8	36.661,5
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	225,4	1.557,6	90.751,0	254,1	4.753,6	7.294,1	524,7	142,6	1.137,0	106.640,2
Aquisição de bens	0,00	615	661,6	303,2	44,5	117,0	3.561,1	59,1	7,3	130,4	5.999,9
Aquisição de serviços	0,00	163,9	896,0	90.447,8	209,6	3.582,6	3.733,0	465,6	135,3	1.006,6	100.640,3
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,1	108.454,8	0,0	0,0	118	0,0	0,0	0,0	108.466,7
Transferências correntes	8.066,9	211	51,0	1434,2	6.200,2	4.481,6	3.183,7	2.219,6	187.182,1	1.974,1	243.462,4
Administrações Públicas	8.066,9	0,0	0,0	1414,4	5.254,1	657,8	8.601,8	2.208,2	187.175,2	1.964,1	215.342,6
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	8.066,9	0,0	0,0	1414,4	5.254,1	657,8	8.601,8	2.208,2	187.175,2	1.964,1	215.342,6
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	211	51,0	19,8	946,0	3.823,7	23.229,8	114	6,9	10,0	28.119,8
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.767,6	26,9	0,0	0,0	83,9	1.878,5
Outras despesas correntes	0,0	11	23,0	305,6	0,9	6,1	26,4	112,4	2,2	26,5	504,4
Despesa de capital	0,0	7,6	27.572,3	3.811,7	4.456,7	222,7	3.032,9	2.309,4	3,3	321,1	41.737,7
Investimento	0,0	7,6	27.572,3	2.921,5	0,0	123,1	102,8	670,8	0,3	13,8	31412,3
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	890,1	4.456,7	99,5	2.930,1	1.638,5	3,0	307,3	10.325,3
Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	890,1	4.456,7	99,5	18,4	0,0	3,0	307,3	5.775,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	890,1	4.456,7	99,5	18,4	0,0	3,0	307,3	5.775,1
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.911,7	1.638,5	0,0	0,0	4.550,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
											0,0
Despesa efetiva	8.066,9	2.296,5	41.560,7	215.692,4	14.943,6	17.987,3	199.315,9	9.458,1	188.062,1	14.474,2	711.857,7
<i>Por memória:</i>											
Ativos financeiros		0,0	546,1	110.116	0,0	16.578,6	1.325,5	0,0	0,0	100,0	29.561,8
Passivos financeiros		0,0	0,0	84.854,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	84.854,1
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	67.937,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ♦ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ♦ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM;
 - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, E.P.E.;
 - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A..
- ♦ Por outro lado, em 2016, as transferências para o SESARAM, E.P.E., voltam a ser processadas através do IASAÚDE, IP-RAM, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto ao subsetor dos serviços e fundos autónomos;
- ♦ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de julho de 2016, situou-se em 19,1 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (87,4 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (55,8 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (8,9 milhões de euros) e com *transferências correntes* (5,4 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 158,8 milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* totalizou 6,6 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 169,4 milhões de euros, enquanto a

componente de capital, que ascendeu a 15,2 milhões de euros, contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de julho.

- ♦ Verifica-se uma quebra no *saldo global* das EPR de 2,1 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR		€ Milhares	
		junho	julho
Entidades Públicas Reclassificadas		21.191,4	19.113,6

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 10,0 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 213,3 milhões de euros, o que representa 97,9% da *receita corrente* arrecadada até julho de 2016. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem

a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital em 2016 (97,4%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 98,5% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-julho)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	10.030,1	19.113,6	29.143,7
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	229.525,0	156.528,6	386.053,6
Saldo primário	10.794,7	28.040,7	38.835,4
Saldo corrente	6.727,1	10.558,7	17.285,8
Saldo de capital	3.302,9	8.554,9	11.857,9
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	53,2	2.153,9	2.207,1
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	27.590,2	27.590,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a julho de 2016 totalizou 29,1 milhões de euros, em virtude dos resultados evidenciados pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a 19,1 milhões de euros, e do desempenho evidenciado pelos SFA, que registaram um

saldo de 10,0 milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 17,3 e 11,9 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 386,1 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 38,8 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-julho)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	231.816,3	169.403,5	401.219,8
Impostos diretos	288,2	0,0	288,2
Impostos indiretos	12,1	0,0	12,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.762,0	6.594,7	8.356,7
Transferências Correntes	226.969,2	146.503,9	373.473,2
União Europeia	11.744,7	861,3	12.606,1
Outras transferências	215.224,5	145.642,6	360.867,1
Venda de bens e serviços correntes	1.987,5	9.172,2	11.159,7
Outras Receitas Correntes	797,2	7.132,7	7.929,8
Receita de capital	8.503,4	15.165,7	23.669,2
Venda de bens de investimento	0,0	11,0	11,0
Transferências de capital	8.442,3	15.133,9	23.576,2
União Europeia	8.284,8	7.451,2	15.736,1
Outras transferências	157,5	7.682,7	7.840,2
Outras Receitas de Capital	0,0	14,9	14,9
Receita efetiva	240.319,7	184.569,3	424.889,0
Despesa corrente	225.089,2	158.844,8	383.934,0
Despesas com o pessoal	21.285,5	87.375,2	108.660,7
Aquisição de bens e serviços	49.296,2	55.759,9	105.056,0
Juros e outros encargos	764,6	8.927,0	9.691,7
Transferências correntes	151.418,3	5.359,8	156.778,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	1.310,8	0,0	1.310,8
Outras transferências	150.107,5	5.359,8	155.467,3
Subsídios	2.254,0	122,4	2.376,4
Outras despesas correntes	70,6	1.300,5	1.371,1
Despesa de capital	5.200,5	6.610,8	11.811,3
Investimento	307,8	6.604,1	6.911,9
Transferências de capital	4.892,7	6,7	4.899,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	230.289,7	165.455,6	395.745,3
Saldo global	10.030,1	19.113,6	29.143,7

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de julho dos SFA e das EPR ascendeu a -0,2 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido um défice de -0,4 milhões de euros, e o de capital um

superavit de 0,6 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 58,8 milhões de euros e o *saldo primário* em 26,9 mil euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (julho)

€ Milhares

	julho 2016		Total
	SFA execução mensal	EPR execução mensal	
Receita corrente	34.343,7	24.056,7	58.400,4
Impostos diretos	41,7	0,0	41,7
Impostos indiretos	2,0	0,0	2,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0
Outras receitas correntes	34.300,1	24.056,7	58.356,7
Transferências correntes	33.873,4	20.747,3	54.620,7
Receita de capital	415,3	61,0	476,4
Venda de bens de investimento	0,0	0,2	0,2
Transferências capital	414,2	60,5	474,6
			0,0
Receita efetiva	34.759,0	24.117,7	58.876,7
Despesa corrente	32.603,0	25.431,4	58.034,4
Consumo público	9.860,7	24.486,6	34.347,3
Despesas com o pessoal	3.063,8	15.284,7	18.348,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	6.796,9	9.201,9	15.998,8
Subsídios	276,5	19,1	295,6
Juros e outros encargos	63,0	157,4	220,4
Transferências correntes	22.402,9	768,3	23.171,2
Despesa de capital	271,8	764,1	1.035,8
Investimento	32,9	757,3	790,3
Transferências de capital	238,8	6,7	245,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
			0,0
Despesa efetiva	32.874,8	26.195,5	59.070,2
Saldo global	1.884,3	-2.077,8	-193,5

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O quadro XIII apresenta os saldos de julho dos subsetores do Governo Regional, SFA e

EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	julho 2016	janeiro-julho 2016	julho 2016	janeiro-julho 2016
Saldo global	39.810,8	129.527,0	17.825,5	-4.516,2
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	35.718,9	93.050,9	14.436,5	-41.864,5
Despesa corrente primária	51.018,7	431.241,4	76.292,7	581.140,8
Saldo corrente primário	69.983,6	202.282,3	48.858,6	76.293,9
Saldo de capital	4.092,0	36.476,1	3.388,9	37.348,3
Despesa primária	55.727,5	472.404,5	81.765,6	628.914,7
Saldo primário	74.075,5	238.758,4	52.247,6	113.642,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), ascendeu, em termos acumulados, a 93,1 milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido 36,5 milhões de euros. A informação relativa ao *saldo primário*

(GR+SFA) revela um resultado que ascende a 238,8 milhões de euros até julho de 2016. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até

julho de 2016 foi de 657,4 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza ascendeu a 699,3 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 85,1 milhões de euros enquanto a despesa ascendeu a 47,8 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações*

extraorçamentais, atingiu os 742,6 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 747,1 milhões de euros.

No quadro XIV está expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR				€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	julho 2016	janeiro-julho 2016	julho 2016	janeiro-julho 2016
Receita corrente	121.002,3	633.523,7	125.151,4	657.434,7
Impostos diretos	14.353,9	159.120,2	14.353,9	159.120,2
Impostos indiretos	43.766,2	280.783,5	43.766,2	280.783,5
Contribuições de Segurança Social	0,0	15,9	0,0	15,9
Outras receitas correntes	62.882,2	193.604,1	67.031,3	217.515,2
Transferências correntes	60.147,4	162.470,0	60.987,2	163.499,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	55.653,4	149.385,3	55.778,8	149.522,5
Receita de capital	8.800,8	77.639,2	8.861,8	85.122,2
Venda de bens de investimento	53,3	289,9	53,5	300,9
Transferências capital	8.635,5	62.458,6	8.695,9	69.909,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	5.819,4	40.855,3	5.819,4	40.855,3
Receita efetiva	129.803,0	711.162,8	134.013,2	742.557,0
Despesa corrente	85.283,4	540.472,8	110.714,8	699.299,3
Consumo público	45.108,5	386.964,7	69.595,1	531.400,3
Despesas com o pessoal	34.604,8	230.453,4	49.889,6	317.828,6
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	10.503,6	156.511,3	19.705,5	213.571,7
Subsídios	472,2	4.132,5	491,3	4.254,8
Juros e outros encargos	34.264,7	109.231,4	34.422,1	118.158,4
Transferências correntes	5.438,0	40.144,3	6.206,3	45.485,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	189,7	1.310,8	189,7	1.310,8
Despesa de capital	4.708,8	41.163,1	5.472,9	47.773,9
Investimento	4.125,4	31.720,1	4.882,7	38.324,2
Transferências de capital	583,4	9.442,9	590,1	9.449,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	964,0	0,0	964,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	89.992,2	581.635,8	116.187,7	747.073,2
Saldo global	39.810,8	129.527,0	17.825,5	-4.516,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de julho de 2016 ascendia a 735,1 milhões de euros, dos quais 58,4% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 16,4% do montante do passivo verificado;
- ◆ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 620,0 milhões de euros;
- ◆ Até 31 de julho, comparando com 01/01/2016, a Região diminuiu os passivos em 111,4 milhões de euros, tendo os pagamentos em atraso registado uma quebra de 11,1 milhões de euros;
- ◆ Desde o início de 2012, e considerando o mesmo universo de entidades, a redução de passivos ascendeu a 2.052,9 milhões de euros e de pagamentos em atraso a 1.089,6 milhões de euros;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de julho de 2016 correspondem a 107,5 milhões de euros, dos quais 75,3 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas às EPR (78,0%) e ao Governo Regional (21,0%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 32,6% do total do Passivo e 68,2% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de julho de 2016, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de julho de 2016 (valores acumulados) € Milhares

Total	julho de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	658.557,51	481.174,67	92.909,86	-23,60%	-28,28%	-9,36%
Despesas com Pessoal	7.965,62	7.001,58	49,62	-52,81%	253,59%	351,30%
Aquisições de Bens e Serviços	239.517,19	237.215,37	73.308,31	-15,59%	-15,90%	-11,63%
Juros e outros encargos	320.608,54	149.253,31	19.199,25	-5,54%	-10,16%	0,42%
Transferências Correntes	89.239,72	86.607,38	341,16	-59,25%	-60,24%	-14,60%
Subsídios	1.019,21	894,75	0,00	-63,46%	-67,10%	0,00%
Outras Despesas Correntes	207,24	202,27	11,52	9,27%	7,47%	0,00%
Despesas de Capital	76.567,49	55.021,99	14.578,87	-17,03%	-15,19%	-10,67%
Aquisições de Bens de Capital	39.232,93	21.766,78	11.949,44	-8,83%	-21,43%	-25,68%
Transferências de Capital	37.334,57	33.255,22	2.629,44	-24,20%	-10,55%	989,44%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	735.125,00	536.196,66	107.488,74	-22,97%	-27,13%	-9,54%

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de julho de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	julho de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	367.666,28	229.375,60	14.680,75	-10,65%	-14,13%	-0,50%
Despesas de Capital	61.808,26	43.396,31	7.923,12	-14,87%	-9,85%	11,27%
Total	429.474,53	272.771,91	22.603,87	-11,29%	-13,48%	3,33%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de julho de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	julho de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	120.415,37	118.247,81	1.085,51	-20,68%	-21,28%	-0,11%
Despesas de Capital	49,27	49,27	0,00	14,09%	14,09%	0,00%
Total	120.464,64	118.297,08	1.085,51	-20,67%	-21,27%	-0,11%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de julho de 2016 (valores acumulados)

€ Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	julho de 2016			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	170.475,86	133.551,26	77.143,60	-11,21%	-9,09%	-10,98%
Despesas de Capital	14.709,97	11.576,42	6.655,76	-25,10%	-30,67%	-27,66%
Total	185.185,83	145.127,67	83.799,36	-12,50%	-11,29%	-12,58%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ♦ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ♦ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;
- ♦ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do

mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

Saldo Corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo Global é a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva. Este saldo evidencia a necessidade de recurso ao endividamento (défice) ou a capacidade de redução do endividamento (excedente).

Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

♦ 6. Siglas e abreviaturas

ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
FCN	Fundo de Coesão Nacional
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais
SCUTS	Estradas cujos custos são suportados pelo Governo Regional - Sem Custo para os Utilizadores
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

<i>Quadro I - Execução orçamental consolidada (janeiro-novembro)</i>	5
<i>Quadro II - Execução orçamental do Gov. Regional (janeiro-maio)</i>	7
<i>Quadro III - Execução orçamental do Gov. Regional (maio)</i>	9
<i>Quadro IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)</i>	11
<i>Quadro V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)</i>	13
<i>Quadro VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-maio)</i>	14
<i>Quadro VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-maio)</i>	16
<i>Quadro VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-maio)</i>	18
<i>Quadro IX - Saldo Global do Subsetor - EPR</i>	20
<i>Quadro X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio)</i>	21
<i>Quadro XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio)</i>	22
<i>Quadro XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (maio)</i>	23
<i>Quadro XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR</i>	23
<i>Quadro XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR</i>	24
<i>Quadro XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de julho de 2016 (valores acumulados)</i>	25
<i>Quadro XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de julho de 2016 (valores acumulados)</i>	25
<i>Quadro XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de julho de 2016</i>	26
<i>Quadro XVIII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de julho de 2016</i>	26

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA****Governo Regional**

◆ Ficha técnica

TÍTULO: *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2016

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Agosto de 2016

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional <http://www.madeira.gov.pt/srf/> | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL